

Plenário da CPI impede recuo nas apurações

■ Manobras para protelar trabalhos foram inúteis: haverá quebra de sigilo e diretor da Odebrecht depõe mesmo na segunda-feira

Brasília — Josemar Gonçalves

BRASÍLIA — O plenário da CPI do Orçamento abortou ontem duas tentativas de recuo da decisão de quebrar o sigilo bancário e fiscal de dez novos parlamentares, aprovada na quinta-feira. Uma moção pretendia ampliar a lista de políticos cujas contas seriam devassadas, e outra tentou protelar a quebra do sigilo dos dez novos envolvidos para depois do depoimento de Manoel Ailton Soares Reis, diretor da Odebrecht em Brasília, em cuja casa a polícia apreendeu documentos. Por decisão unânime, foi marcado o depoimento do diretor da Odebrecht para segunda-feira, às 15h.

Na prática, a quebra do sigilo bancários dos dez parlamentares, determinada ontem pela CPI foi mera formalidade. Todos haviam se antecipado, encaminhando pedidos de quebra de sigilo para evitar que seus nomes fossem citados no esquema de corrupção sem maiores explicações. O senador Mansueto de Lavor (PMDB-PE), por exemplo, atribui a presença de seu nome na relação da Odebrecht à sua atuação como relator-geral do Orçamento de 1993. "Nos documentos, figuram mais de 90 parlamentares. Por que apenas alguns tiveram seu sigilo bancário e fiscal suspenso?", perguntou, indignado.

O presidente da CPI, senador Jarbas Passarinho (PPR-PA), contudo, nega que tenha havido qualquer tentativa de recuo. Ele atribui a ausência de nomes como o da deputada Roseana Sarney, que aparece defendendo obras da empreiteira Norberto Odebrecht para seu estado, aos "rigorosos critérios" adotados na elaboração da relação de políticos a terem suas contas devassadas. Passarinho revelou que os outros nomes que aparecem citados nos documentos serão "investigados no momento oportuno".



A Mesa da CPI (Klein, Passarinho, Benito e Magalhães) optou pela prudência quanto aos nomes de parlamentares que só receberam presentes

O senador admite que a nova lista poderá aumentar de 10 para 11 deputados para incluir Jesus Tájra (PFL-PI), mencionado como um dos parlamentares que apoiam a Odebrecht sem cobrar propina, embora conte com ajuda da empresa nas próximas eleições. O nome de Tájra já havia sido lembrado pelo deputado Luiz Salomão (PDT-RJ), da Comissão de Emendas, que tentou ampliar ontem mesmo o núme-

ro de políticos sob imediata investigação.

Passarinho reconhece que a prudência da Mesa determinou a exclusão, na nova lista, dos nomes de parlamentares que receberam presentes, brindes ou aqueles cuja campanha poderia ser financiada pela construtora. "Há presentes e presentes", disse o senador, lembrando que é diferente receber uma "agenda eletrônica ou três barras

de ouro". Ele acrescentou que os presentes só teriam sentido como prova de envolvimento no esquema se tivessem vulto ou conexão com o Orçamento. Ele garante, contudo, que também este aspecto será apurado, ainda que "sem prioridade".

O plenário atendeu ainda o pedido de adiamento, por uma semana, do depoimento do deputado Ibsen Pinheiro, previsto para 7 de dezembro. Ibsen telefonou ao vice

presidente da CPI, Odacir Klein (PMDB-RS), comunicando que contratou uma empresa de auditoria para examinar sua movimentação bancária e a evolução patrimonial para contestar os dados da comissão, que indicam depósitos de US\$ 1,1 milhão nos últimos quatro anos. O ex-presidente da Câmara alegou problemas nos bancos para concluir a auditoria.